

O PROGRAMA NOVOS CAMINHOS NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA: ENTRE A REPACTUAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO. NOTAS INTRODUTÓRIAS

Thony Robson de Oliveira Silva¹
Maria Aparecida dos Santos Ferreira²

RESUMO: O presente artigo surge a partir de estudos inseridos na pesquisa de mestrado em desenvolvimento junto ao PPGEP/IFRN, vinculado ao projeto de pesquisa intitulado Políticas de Financiamento da Educação no Brasil e Portugal em Tempos de Pandemia (2019-2021). Nesse recorte, o objetivo é analisar o Programa Novos Caminhos (PNC) ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), entre a pactuação e a implementação. Pautado pelo método do materialismo histórico dialético abordamos na pesquisa a avaliação das políticas, dos programas e dos projetos relativos à educação profissional. Partimos da busca ao entendimento de como se deu a implementação do PNC no IFPB, considerando enquanto uma proposição formativa de educação profissional. Discutimos a educação educacional profissional entre a formação humana integral e formação técnica para o mercado de trabalho, com vistas a identificar onde se inseriu o PNC. Verificamos que os recursos previstos nos Termos de Execução Descentralizada (TED) se fizeram suficientes para aumentar significativamente o número de matrículas efetivadas, chegando a triplicar as vagas do edital 01/2020 e dobrar as vagas do edital 010/2020. Concluimos que o PNC não representa um programa integrante da política pública de educação nacional, mas, está alinhado com a escolha política do governo anterior (2022), revelada pelo Ministério da Educação, em modificar a nomenclatura do antigo PRONATEC, com pequenas alterações realizadas por meio de portarias do MEC, com objetivo declarado de aumento do número de matrículas e a subsunção da educação profissional ao mercado de trabalho e às demandas capitalistas.

2376

Palavras-chave: Programa Novos Caminhos. IFPB. Repactuação e Implementação. Notas Introdutórias.

¹Especialização em Gestão Pública Municipal. Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

²Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

ABSTRACT: This article arises from studies included in the master's research under development at PPGEP/IFRN, linked to the research project entitled Education Financing Policies in Brazil and Portugal in Times of Pandemia (2019-2021). In this cut, the objective is to analyze the *Novos Caminhos Program (PNC)* offered by the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraíba (IFPB), between the agreement and the implementation. Guided by the method of dialectical historical materialism, we approach in the research the evaluation of policies, programs and projects related to professional education. We start from the search to understand how the implementation of the PNC in the IFPB took place, considering it as a formative proposition of professional education. We discussed professional educational education between comprehensive human training and technical training for the labor market, with a view to identifying where the PNC was inserted. We found that the resources provided for in the Decentralized Execution Terms (TED) were sufficient to significantly increase the number of effective enrollments, tripling the vacancies in public notice 01/2020 and doubling the vacancies in public notice 010/2020. We conclude that the PNC does not represent an integral program of the public policy of national education, but it is aligned with the political choice of the previous government (2022), revealed by the Ministry of Education, to modify the nomenclature of the former PRONATEC, with minor changes made by through MEC ordinances, with the declared objective of increasing the number of enrollments and subsuming professional education into the labor market and capitalist demands.

Keywords: *Novos Caminhos Program. IFPB. Renegotiation and Implementation. Introductory Notes.*

INTRODUÇÃO

Neste escrito abordamos a gestão e a avaliação das políticas, dos programas e dos projetos relativos à educação profissional, um tema de suma importância para a Linha de Políticas e Práxis em Educação Profissional, do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), cujo eixo norteador de seus estudos, consiste na análise crítica da educação profissional, situando-a no contexto da política educacional brasileira e das mudanças socioeconômicas e políticas em desenvolvimento na sociedade contemporânea, apontando assim a justificativa do estudo.

Guiados pela concepção de educação emancipadora que busque a formação humana integral, abordamos a temática estudada à luz dos escritos de Marx (1979); Saviani (1994); Grabowski (2012); Frigotto (2005); Ciavatta (2006); Moura (2007); Souza (2020). Ainda, sob a ótica do método do materialismo histórico dialético encontrado nas reflexões de Kosik (1986); Gadotti (1997); e Frigotto (2006).

Assim, a pesquisa tem o objetivo de analisar a implementação do PNC no IFPB e o financiamento, através de repactuações formalizadas entre o FNDE e o IFPB, para oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), na modalidade de Educação a Distância (EAD), no ano de 2020.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo a teoria do capital humano, a educação é compreendida como ação fundamental para o crescimento da economia, visto que sua capacidade de qualificar os trabalhadores traz maior eficácia à ação do trabalho. É nessa premissa que a educação profissional brasileira foi alicerçada, almejada e, por vezes, incentivada. (SAVIANI, 1994).

Observamos que não faz parte da contemporaneidade o pensamento de subsunção da educação ao mercado de trabalho e aos donos do capital. O movimento histórico, que promoveu e promove a dualidade estrutural, separando a formação geral da formação profissional, a educação profissional foi desenvolvida com a finalidade de atender ao mercado, não considerando a formação emancipatória dos sujeitos (MOURA, 2007, p7), ao longo da pesquisa evidenciamos não apenas os aspectos histórico-filosóficos e as bases teórico-metodológicas que amarram esse pensamento subversivo, mas também as ações práticas deste ideário ao longo dos anos que nos fizeram chegar até a promoção do PNC.

O PNC defende a articulação direta entre a criação de cursos técnicos/tecnológicos e as demandas do setor produtivo, tendenciando alinhar as políticas de formação profissional às estratégias de geração de emprego e renda sem preocupar-se com a implementação gradativa e planejada, alimentando falsa atratividade de cunho mercadológico da educação profissional, fragmentação das áreas do conhecimento, e com objetivo de apoiar à implementação dos itinerários de Formação Técnica e Profissional, propostos a partir da Reforma do Ensino Médio que impõe às redes Estaduais de Ensino à obrigatoriedade de adequação às novas Diretrizes Curriculares. (SOUZA, 2020).

Observar as estratégias governamentais ao longo da história, mesmo que em diferentes condições, nos permite avaliar as tentativas de reformas legislativas ou curriculares, além de outras medidas dispersas, apresentam o intuito de resolver apenas paulatinamente as necessidades que demandam uma política de educação nacional, causando ainda mais dualidade e desigualdade, onde a classe trabalhadora é afetada diretamente e negativamente com a intencionalidade de permanência da dominação.

Frigotto *et al* (2014) aponta no sentido da dominação de uma determinada classe social em detrimento a outra também nas relações educacionais:

É a história como produção da existência em todos os seus aspectos, econômicos, sociais e políticos (MARX, 1979), que nos permite compreender a grita empresarial do “apagão da mão de obra” e o aparente “impasse” ou “enigma” do ensino médio no Brasil, alimentados pela mídia e por interesses particulares dos grupos no poder. Somos uma sociedade onde o poder hegemônico dos

latifundiários e dos empresários alimentaram a dualidade de classes sociais na repartição da renda, do trabalho manual apartado da formação intelectual e de todos os benefícios da riqueza social. (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2014, p. 72-73)

Conforme aponta Grabowski (2012, p. 16), uma questão-chave, pautada na agenda pública do Brasil há vários anos, diz respeito ao volume de recursos disponíveis para a educação versus o volume requerido para atingir as metas do Plano Nacional da Educação. Projeções contidas na nota técnica da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, apontam a necessidade de investimentos na ordem de 10% do PIB brasileiro e evidenciam o quanto nosso País está aquém de um nível de gasto em educação que possa colocar a educação no patamar de política de promoção social.

Segundo reportagem do Portal do MEC, Menezes *et al* (2019), O PNC busca “potencializar a educação profissional e tecnológica” com incremento de 80% nas matrículas (subindo de 1,9 milhão para 3,4 milhões até 2023). “É a maior revolução na área de ensino no país nos últimos 20 anos”. Assim o então ministro da Educação, Abraham Weintraub, definiu o conjunto de programas lançados pela gestão do governo anterior (2022) no MEC. Inferimos que o atingimento das metas do Plano Nacional da Educação (PNE), em especial a Meta PNE-II, perpassa por uma política educacional de multiplicação de matrículas no ensino profissionalizante.

2379

Ademais, ao analisar o desenvolvimento das políticas educacionais a partir da década de 1990, Souza (2020, p. 18) aponta que o processo de formação humana na atualidade guarda estreita relação com as alternativas propostas pelo capital para as novas formas de produção e organização do trabalho, necessárias à sua reprodução e expansão, o que tem levado a um processo cada vez mais intenso de degradação do trabalho e da formação humana.

METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa se enquadra na categoria exploratória, sob a abordagem qualitativa, referenciada na revisão bibliográfica e análise de documentos oficiais. Desta forma, para o alcance dos objetivos desta pesquisa, em face da necessidade infringida às pesquisas sociais que possuem como características principais o uso da discussão, da argumentação dialogada e da provocação objetiva, fizemos a opção pelo método do materialismo histórico dialético.

Todavia, para analisar o método histórico dialético, é necessário compreender o que Marx utilizou de fundamentos filosóficos existentes. A dialética já era utilizada na Grécia

antiga como cita Gadotti (1997) “expressava um modo específico de argumentar que consistia em descobrir as contradições contidas no raciocínio do adversário (análise), negando, assim, a validade de sua argumentação e superando-a por outra (síntese)” (GADOTTI, 1997, p. 15). Esse olhar sobre as contradições dos discursos foi aprimorado e ampliado para uma análise mais complexa, a da sociedade.

Ao buscar conceituar o que nomenclatura como dialética da totalidade concreta Kosik (1986) explica tratar-se da “coisa em si” mas a essa coisa em si não se manifesta imediatamente ou arbitrariamente ao homem, mas, é fruto de interações sociais construídas ao longo da sua existência que influenciam suas ações e ainda:

A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais (KOSIK, 1986, p. 9).

Frigotto (2006), tratando acerca da dialética no enfoque do materialismo histórico, mesmo ao “expor-se aos riscos da banalização ou simplificação”, distingue-o em três dimensões: “materialismo enquanto postura ou concepção, enquanto método de análise e enquanto práxis”. Para o Autor, na perspectiva materialista histórica, o método estaria vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida” (FRIGOTTO, 2006, p.71-77).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Pró-Reitora de Extensão e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – PROEXC/IFPB, conduziu no ano de 2020 os processos seletivos para preenchimento de vagas ofertadas em Cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, na modalidade de Educação a Distância – EAD, com o objetivo de proporcionar à comunidade local oportunidades de qualificação profissional e desenvolvimento pessoal por meio da participação em cursos de curta duração (EDITAL PROEXC/IFPB 010/2020, p.1-5).

Para junto ao Ministério da Educação – MEC, através do Fundo Nacional de garantir a oferta de vagas e a execução do PNC, o IFPB pactuou Desenvolvimento da Educação – FNDE, Termos de Execução Descentralizada (TED), instrumentos que definem as orientações, orçamento e justificativa para aplicação dos recursos públicos, formatados por meio de Planos de Trabalho com a justificativa para execução de determinado número de vagas a serem ofertadas. A cada oferta de vagas, após planejar a execução o IFPB buscou

formalizar o TED junto ao MEC, garantindo a homologação da proposta, para apenas depois iniciar a execução, conforme verificamos no TED 9.350/2020, que oportunizou a execução dos primeiros cursos FIC na modalidade de educação a distância (EAD), dentro da estrutura do PNC, por meio do edital 01/2020, e também no seu sucessor, TED 9.490/2020, vinculado ao Edital 010/2020, conforme verificamos na Tabela 1:

Tabela 1. Orçamento, Vagas Previstas e Ofertadas dos Cursos FIC-EAD PNC/IFPB 2020.

TED Pactuado	Edital Lançado	Vagas Previstas no TED	Vagas Ofertadas no Edital	Orçamento
9350	01/2020	1.375	4.275	R\$ 1.899.000,00
9490	010/2020	3.950	7.900	R\$ 3.300.255,00

Fonte. Adaptado do Edital 01/2020; Edital 010/2020. TED's 9350/2020 e 9490/2020. IFPB/FNDE.

Verificamos na Tabela 1 que os recursos apresentados nos Planos de Trabalho constantes dos termos 9.350/2020 e 9.490/2020, celebrados entre o FNDE e o IFPB para execução dos cursos FIC EAD, ofertados no ano de 2020, foram planejados para um número menor de matrículas do que as que de fato foram ofertadas nos editais de seleção discente 01/2020 e 010/2020. O primeiro edital, 01/2020, ofertou 4.275 vagas quando seu respectivo orçamento previa a oferta de apenas 1.375 vagas, já o segundo edital, 010/2020, ofertou 7.900 vagas, enquanto a previsão no seu orçamento era de apenas 3.950 vagas.

2381

Desta forma, evidente que os recursos previstos nos Termos de Execução Descentralizada (TED) se fizeram suficientes para aumentar significativamente o número de matrículas efetivadas, chegando a triplicar as vagas do edital 01/2020 e dobrar as vagas do edital 010/2020.

Em relação a oferta dos cursos FIC-EAD-PNC/IFPB, observamos uma grande discrepância entre os editais lançados, tendo em vista o curto espaço de tempo entre o lançamento dos editais, cerca de um mês, saindo de apenas sete cursos no edital 010/2020, para quarenta no edital 010/2020. Ademais, 55% dos cursos ofertados apresentam carga horária de 160 horas, 23% carga de 200 horas, 9% carga de 240 horas, 4% carga de 180 horas, outros 4% carga de 400 horas, 2% carga de 190 horas e os últimos 2% com carga de 220 horas, conforme verificamos na **Tabela 2:**

Tabela 2. Editais Lançados e Cargas Horárias dos Cursos FIC-EAD PNC/IFPB 2020.

Edital	Data	Cursos 400h	Cursos 240h	Cursos 220h	Cursos 200h	Cursos 190h	Cursos 180h	Cursos 160h	Total
01/2020	08/05	1	1	0	1	0	0	4	7
010/2020	10/06	1	3	1	10	1	2	22	40

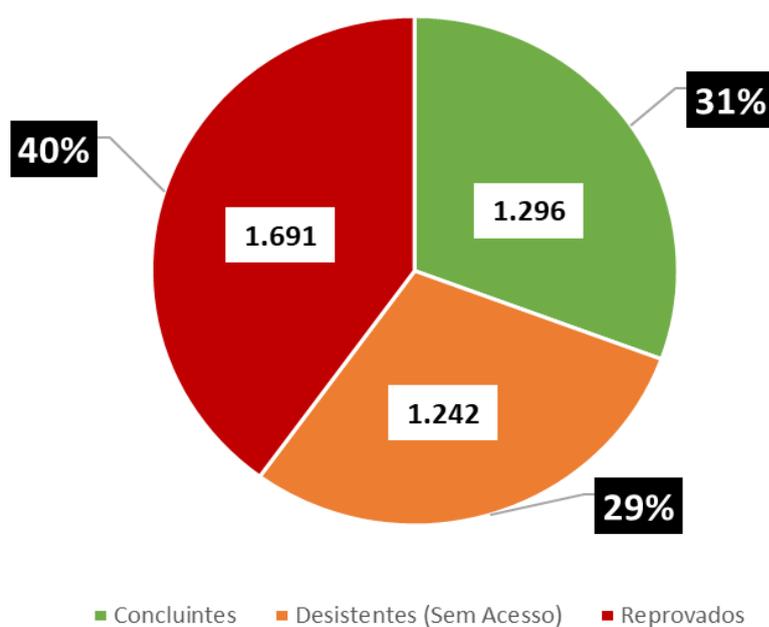
Fonte. Adaptado do Edital 01/2020; Edital 010/2020. FIC-EAD PNC/IFPB.

Verificadas as discrepâncias e feitas as observações necessárias, passaremos a análise dos resultados obtidos, apresentando cada edital lançado e sua execução como pactuação, onde a primeira oferta se refere aos cursos FIC-EAD PNC/IFPB (Edital 01/2020) e a segunda oferta se refere aos cursos FIC-EAD PNC/IFPB (Edital 010/2020).

A primeira oferta, sintetizada no Gráfico 4, evidenciou que 1.296 alunos obtiveram nota igual ou acima de 7,0 pontos na média final do respectivo curso e foram considerados concluintes, outros 1.691 não obtiveram a nota mínima de aprovação e foram considerados reprovados e 1.242 alunos não acessaram o sistema EAD e foram considerados desistentes.

Percentualmente o Gráfico 4 apresenta que 40% dos alunos iniciaram o curso e foram reprovados, 31% conseguiram a aprovação e outros 29% não chegaram a participar efetivamente dos cursos, tendo sido considerados desistentes.

Gráfico 4. Aproveitamento das Ofertas de Cursos FIC-EAD PNC/IFPB 2020. Oferta do Edital 01/2020.



Fonte. Adaptado dos Relatórios de Execução dos Cursos FIC-EAD. PNC/IFPB-2020.

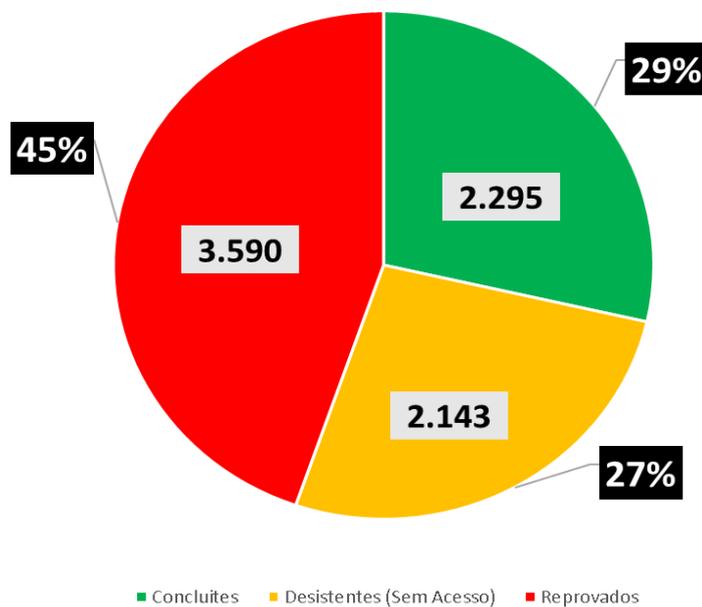
A segunda oferta, ilustrada no Gráfico 5, apresenta o que 2.295 alunos obtiveram nota igual ou acima de 7,0 pontos na média final do curso, considerados concluintes, outros 5.733 não obtiveram a nota mínima de aprovação e foram considerados reprovados e 2.143 alunos não acessaram o sistema EAD e foram considerados desistentes.

Percentualmente o Gráfico 5 ilustra que 45% dos alunos iniciaram o curso e foram reprovados, 29% conseguiram a aprovação e outros 27% não chegaram a participar

efetivamente dos cursos, tendo sido considerados desistentes.

Verificando uma análise comparativa entre as ofertas, podemos observar certa similitude nos índices de reprovação, desistência e conclusão, com variações de 40/45, 29/27 e 31/29, respectivamente. Contudo, tendo por norte que a segunda oferta apresenta seis vezes mais cursos e o dobro de vagas da primeira, evidenciamos que a modalidade de oferta dos cursos (EAD) é a mesma.

Gráfico 5. Aproveitamento das Ofertas de Cursos FIC-EAD PNC/IFPB 2020. Oferta do Edital 010/2020.



Fonte. Adaptado dos Relatórios de Execução dos Cursos FIC-EAD.PNC/IFPB-2020.

Analisando, também comparativamente, o volume de recursos repactuados em relação ao número de cursos ofertados em cada edital e também relacionando com os índices de aproveitamento, verificamos que os sete cursos diferentes do Edital 01/2020 ofertaram 54% do número de vagas ofertado pelo Edital 010/2020 que contou com 40 cursos distintos.

Em relação aos recursos repactuados para o Edital 01/2020, estes representam 58% dos recursos repactuados para o Edital 010/2020 e, ambos, foram responsáveis por índices de reprovação, desistência e conclusão relativamente similares.

CONSIDERAÇÕES

Memorando este cenário introdutório de implementação do PNC no IFPB, a partir da análise dos dados das turmas FIC/EAD do ano de 2020, concluímos que a modalidade de educação a distância foi indispensável para os números apresentados. Contudo, tal indispensabilidade apresenta múltiplas facetas que vão desde o pretenso sucesso no avanço

das matrículas do segmento, até o fático fracasso no aproveitamento da aprendizagem.

Uma rápida avaliação crítica revela a fragilidade da estratégia e o insucesso dos índices de conclusão que não superam patamares de 30%, ou seja, a cada 10 alunos do PNC/IFPB, menos de 3 conseguiram concluir com êxito o seu curso.

Este é um cenário desestimulante e pouco encorajador, agravado pela orientação política ideológica intervencionista do governo Bolsonaro que buscou implementar o seu próprio Programa de educação profissional a fim de afirmar-se historicamente, porém fracassou acentuadamente. Assim, concluímos que o PNC não representa um programa integrante da política pública de educação nacional, mas, está alinhado com a escolha política de modificar a nomenclatura do antigo PRONATEC, com pequenas alterações realizadas por meio de portarias do MEC, e objetivo declarado de subsunção da educação profissional ao mercado de trabalho e às demandas capitalistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A EDUCAÇÃO DE TRABALHADORES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UM DIREITO QUE NÃO SE COMPLETA. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 65-76, 2014. DOI: 10.9771/gmed.v6i2.13088. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13088>. Acesso em: 20 maio. 2023.

2384

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez, 2006, pp. 69-90.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 10.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GRABOWSKI, Gabriel; KUENZER, Acácia Zeneida. A produção do Conhecimento no Campo da Educação Profissional no Regime de Acumulação Flexível. *Holos*, v.6, p. 22-32, 2016.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, pp. 9-54.

MARX, K. O método da economia política. In: *Grundrisse*. Boitemppo Editorial, 2011, pp. 54-61.

MENEZES, Dyelle et al. "É a maior revolução na área de ensino no país dos últimos 20 anos", diz ministro: na câmara, ministro listou programas da educação básica à superior lançados pela pasta. Na Câmara, ministro listou programas da educação básica à superior lançados pela pasta. 2019. Portal do MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/53661>. Acesso em: 20 maio 2023.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. *Revista holos*, Natal, v.2, p. 1-27, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 20 mar. 2023.

OPOLSKI, C., & Leme, R. (2016). O método materialista-histórico-dialético e a relação com a diretriz curricular orientadora de Geografia do Paraná. *Geografia Ensino & Pesquisa*, 20(2), 103-111. doi:<https://doi.org/10.5902/2236499418065>

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C. J. et al. (Orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 147-164.

SOUZA, Fernanda Ribeiro. Programa Novos Caminhos A Retomada de Velhas Direções Para a Educação Técnica no Brasil. *Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"*. UFS. (EDUCON). Grupo de Estudos e Pesquisas "Educação e Contemporaneidade". Vol. XIV. n1. Sep. 2020. ISSN: 1982-3657. Disponível em: <https://doi.org/10.29380/2020.14.01.24>. Acesso em: 20 mar. 2023.